



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 64 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, mantido pelo art. 300 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976,

# DECRETA:

Art. 1º Fica a AGENCE FRANCE-PRESSE, com sede em 11-13-15 Place de la Bourse, Paris, França, autorizada a funcionar no Brasil, por intermédio da filial AGENCE FRANCE-PRESSE, tendo como objeto manter correspondentes no Brasil, para o fim exclusivo de captar e exportar noticiário nacional e receber, para distribuição às entidades jornalísticas, noticiário estrangeiro, com capital de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), obrigando-se a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da presente autorização.

Art. 2º Ficam ainda estabelecidas as seguintes obrigações:

I - a AGENCE FRANCE-PRESSE é obrigada a ter permanentemente um representante legal no Brasil, junto à filial AGENCE FRANCE-PRESSE, com plenos e ilimitados poderes para tratar quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação inicial pela agência;

II - todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos às leis e aos tribunais brasileiros, sem que, em tempo algum, possa a referida agência reclamar qualquer exceção, fundada em seus Estatutos;

III - a agência não poderá realizar no Brasil atividades constantes de seus Estatutos vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as que dependam de aprovação prévia de órgão governamental, sob as condições autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do Governo brasileiro qualquer alteração nos Estatutos da agência, que implique a mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a agência obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de outro jornal de grande circulação, que contenham as publicações obrigatórias por força do art. 70 e parágrafo único do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, mantido pelo art. 300 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

VII - a infração de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, será punida, considerando-se a gravidade da falta, com a cassação da autorização.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 1997; 176ª da Independência e 109ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Francisco Dornelles

DECRETO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997

Credencia o Centro Universitário Lusitana, com sede no Município de Santos, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, de acordo com o disposto no art. 9º, § 2º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 46 da Medida Provisória nº 1.549-37, de 4 de dezembro de 1997, no Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, e tendo em vista o Processo nº 23001.000471/90-98, do Ministério da Educação e do Desporto,

# DECRETA:

Art. 1º Fica credenciado, pelo prazo de três anos, por transformação do Centro de Estudos Superiores Lusitana, o Centro Universitário Lusitana, mantido pela Fundação Lusitana, com sede no município de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 1997; 176ª da Independência e 109ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Paulo Renato Souza

48000 - GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DOS ESPORTES  
48201 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	C	D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JANOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	CREDITO SUPLEMENTAR		
									RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS	INVESTIMENTOS FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA											
ADMINISTRAÇÃO				8.000.331							
ADMINISTRAÇÃO GERAL				111.656				3.000.331			
DE 007.0021.4900				111.656				111.656			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL				111.656				111.656			
ASSISTÊNCIA											
MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE											
INFORMÁTICA, BIBLIOTECA, ARQUIVO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E											
CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, REPAROS, RE											
INFORMÁTICA, TRANSPORTE, TELECOMUNICAÇÕES,											
FORMAS E ADAPTAÇÕES DE INOVAÇÃO, TELECOMUNICAÇÕES,											
ETC.											

DECRETO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997

Transfere para a Fundação Espírita André Luiz a concessão outorgada à Rádio Clube de Sorocaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e nos termos do art. 94, item 3, alínea "a", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 29100.000506/97,

# DECRETA:

Art. 1º Fica transferida a concessão outorgada à Rádio Clube de Sorocaba Ltda., pelo Decreto nº 897, de 12 de junho de 1936, renovada pelo Decreto nº 90.255, de 2 de outubro de 1984, publicado no Diário Oficial em 3 subsequente, para a Fundação Espírita André Luiz explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por este Decreto, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 1997; 176ª da Independência e 109ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Sergio Motta

DECRETO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor de R\$ 5.065.331,00, em favor do Gabinete do Ministro Extraordinário dos Esportes, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 6º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 9.438, de 26 de fevereiro de 1997,

# DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 9.438, de 26 de fevereiro de 1997), em favor do Gabinete do Ministro Extraordinário dos Esportes, crédito suplementar no valor de R\$ 5.065.331,00 (cinco milhões, sessenta e cinco mil, trezentos e trinta e um reais), para atender às programações indicadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de Saldos de Exercícios Anteriores, provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1996.

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, fica alterada a receita do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto, na forma indicada no Anexo II deste Decreto, nos montantes especificados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 1997; 176ª da Independência e 109ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Antonio Kandir